



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB

**UMA ANÁLISE SOBRE A POLÍTICA DE INCLUSÃO DOS ALUNOS COM
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS DE UMA ESCOLA
MUNICIPALIZADA EM CARINHANHA-BA**

EVA CRISTINA RODRIGUES DE SOUZA

ORIENTADORA: FERNANDA CUPOLILLO MIANA DE FARIA

BRASÍLIA/2015



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

EVA CRISTINA RODRIGUES DE SOUZA

**UMA ANÁLISE SOBRE A POLÍTICA DE INCLUSÃO DOS ALUNOS COM
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS DE UMA ESCOLA
MUNICIPALIZADA EM CARINHANHA-BA**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em
Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar,
do Departamento de Psicologia Escolar e do
Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientador (a): Fernanda Cupolillo Miana de Faria

BRASÍLIA/2015

TERMO DE APROVAÇÃO

EVA CRISTINA RODRIGUES DE SOUZA

**UMA ANÁLISE SOBRE A POLÍTICA DE INCLUSÃO DOS ALUNOS COM
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS DE UMA ESCOLA
MUNICIPALIZADA EM CARINHANHA-BA**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em ___/___/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

FERNANDA CUPOLILLO MIANA DE FARIA (Orientadora)

SILVIA URMILA ALMEIDA SANTOS (Examinador)

EVA CRISTINA RODRIGUES DE SOUZA (Cursista)

BRASÍLIA/2015

DEDICATÓRIA

A Deus, senhor da minha vida, meu amparo seguro, fonte de toda sabedoria e força, que permitiu a realização deste trabalho; à meu esposo Gilbuatan e minhas filhas Gabriela e Mariane, pela paciência e compreensão em minhas ausências; à meu pai Delindo, minha mãe Marlene, minhas irmãs Silvânia, Lucivânia e Dalvanice, meu sobrinho Igor e minha sobrinha Tamires, pela força e apoio.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, por me conceder essa vitória, à minha família, pela força e paciência, em especial à minha irmã amiga Dalvanice, pela compreensão e companheirismo, principalmente nos horários inoportunos, pela “bagagem” de conhecimentos e experiência profissional em me motivar, pela tranquilidade e paz que me passou nos momentos de sobrecarga e pelos saberes transmitidos na sua prática profissional diária.

RESUMO

A história das pessoas com deficiência é marcada pela exclusão, discriminação e tratamento de forma desumana. Muitas vezes, as políticas públicas direcionadas para este público foram voltadas para a exclusão e o isolamento compulsório das pessoas com deficiência. Nesta perspectiva, será feito um debate sobre a inclusão no sistema regular de ensino, assim como sobre os marcos legais que conduzem a educação especial na conjuntura da inclusão. Além disso, será desenvolvida uma discussão sobre os desafios da formação e capacitação docente, trazendo para o debate a importância da formação profissional do docente e sua atuação em salas de aula com discentes com necessidades educacionais especiais. Deste modo, busca-se compreender a política de inclusão de pessoas com deficiência e sua inserção em uma escola municipalizada de Carinhanha, bem como os avanços que a instituição obteve em relação à integração dos discentes, investigando os possíveis benefícios da aproximação entre a sociedade e o poder público na efetivação da política de inclusão. Para tanto, utilizei a abordagem qualitativa. Para a coleta de informações, foi realizada entrevista semiestruturada com alguns participantes da equipe escolar. E, ainda, recorri à técnica de observação do ambiente e da sala de aula. Essa discussão está embasada em autores que referenciam as políticas de inclusão, tais como Beyer (2014), Facion (2009), Fagundes (2009), Kelman (2010) e Maciel (2010). O resultado da análise desenvolveu uma reflexão em torno das demandas cotidianas da escola quanto à política de inclusão, analisando os procedimentos de ensino e aprendizagem direcionados a esse público, mais designadamente no que diz respeito ao ensino e aprendizagem ofertados aos alunos com necessidades educacionais especiais. Esses dados, portanto, foram essenciais para costurar as teorias, argumentações e o posicionamento desse trabalho de conclusão de curso.

Palavras-Chave: Inclusão, Políticas de Inclusão, Formação do docente.

SUMÁRIO

RESUMO	
1 APRESENTAÇÃO	09
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
2.1 Uma breve discussão sobre a deficiência	11
2.1.1 Conceitos sobre deficiência	13
2.1.2 Diferenças entre integração e inclusão	14
2.2 Educação Inclusiva: somos todos iguais na diferença	17
2.2.1 A constituição federal de 1988	18
2.2.2 A LDBEN e a declaração de Salamanca	19
2.3 A implantação da inclusão da rede regular de ensino	20
2.3.1 A política de inclusão no Brasil e a inserção social do discente	21
3 OBJETIVOS	23
4 METODOLOGIA	24
4.1 Fundamentação Teórica da Metodologia	24
4.2 Contexto da Pesquisa	24
4.2.1 Participantes da Pesquisa	25
4.3 Materiais	26
4.4 Instrumentos de Construção de Dados	26
4.5 Procedimentos de Construção de Dados	27
4.6 Procedimentos de Análise de Dados	27
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	28
5.1 Avaliação nos contextos educacionais inclusivos	28
5.2 Formação dos professores; possibilidade de mudanças	29
5.3 Possibilidade de mudanças visando à prática pedagógica	29
5.4 Avanços na política de inclusão	30
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	36
APÊNDICES	38
A - Questionário - Professor (Modelo)	38
ANEXOS	41

A - Carta de Apresentação – Escola (Modelo)	41
B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor (Modelo)	43
C – Aceite Institucional	44

1 APRESENTAÇÃO

A presente pesquisa visa debater as políticas voltadas às pessoas com deficiência, pois sabe-se que a discriminação a esse público faz parte de toda a trajetória histórica do Brasil. Desta maneira, ao longo do trabalho, serão abordados alguns marcos históricos que trouxeram muitas mudanças para a pessoa com deficiência. Vale lembrar alguns artistas e autores que contribuíram para elevar a autoconfiança das pessoas com deficiência, muitas vezes discriminados arduamente ao longo da história até os dias atuais.

Assim, destaca-se, por exemplo, “Aleijadinho”, artista que fez obras dentro e fora do país; o inventor do sistema de comunicação para cegos, “Louis Braille”, dentre outros. Esses artistas são referências de determinação e resistência. Apesar do sofrimento, não desanimaram, como é o caso de Aleijadinho (Antônio Francisco Lisboa). Mesmo tendo desenvolvido uma doença degenerativa nas articulações, não desistiu de seus sonhos, ainda que, para a realização do seu trabalho, era preciso que alguém amarrasse a ferramenta em seus punhos para poder esculpir e talhar. Louis Braille é um outro exemplo: após ter o olho esquerdo perfurado acidentalmente, elaborou o sistema de escrita Braille, que auxiliou naquela época muitos deficientes visuais, sendo utilizado como ferramenta de trabalho até os dias atuais.

Nesta perspectiva, foi realizado um debate sobre a inclusão no sistema regular de ensino, assim como sobre os marcos legais que conduzem a educação especial na conjuntura da inclusão. Além disso, desenvolveu-se uma discussão sobre os desafios da formação e capacitação docente, trazendo para o debate a importância da formação profissional do docente e sua atuação em salas de aula com discentes com necessidades educacionais especiais.

Sabe-se que, na pesquisa, o diálogo com os integrantes que compõem a investigação é de fundamental importância para a aquisição de dados. Assim, partindo de uma abordagem qualitativa, foram investigadas as informações coletadas referentes ao objeto de análise em questão. Utilizaram-se como instrumentos de pesquisa a entrevista e a observação.

Faz-se necessário relatar que esta pesquisa origina-se dos conhecimentos adquiridos por meios dos trabalhos realizados ao longo do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, ofertado pela Universidade de Brasília (UnB). Atividades realizadas no transcorrer do curso despertaram em mim o desejo de pesquisar um pouco mais sobre as políticas públicas voltadas para a pessoa com deficiência, sua inclusão na rede regular de ensino. Nesta perspectiva, ao longo deste curso, principalmente após a realização de atividades de pesquisa de campo, tal curiosidade foi aguçada. Enfatizando a

probabilidade de inclusão e, diante do desajustamento curricular das escolas, parte-se do seguinte questionamento: como se dá a política de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais na Escola Municipalizada em Carinhanha-BA?

Por fim, essa discussão foi embasada em autores que referenciam as políticas de inclusão, tais como Beyer (2014), que dialoga com as contribuições de Vygotsky e a educação inclusiva; Facion (2009), que constrói um relato sobre a inclusão escolar e suas implicações; Fagundes (2009), que direciona a metodologia de pesquisa abordada; Kelman (2010), que retrata a educação, sociedade e cultura, discorrendo sobre como estas se relacionam; Maciel (2010), que faz uma abordagem sobre desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar, dentre outras contribuições de autores.

Esta pesquisa estrutura-se em quatro capítulos. O primeiro capítulo relata, tendo como base referenciais teóricos, um breve histórico sobre a educação inclusiva, bem como sua evolução resultante de um processo de democratização. Ainda neste capítulo são explanados os conceitos e os procedimentos legais de implantação dos elementos e ações inerentes a esse paradigma de ensino no sistema educacional brasileiro. No segundo capítulo, são apresentados os objetivos da pesquisa a fim de explicitar os propósitos da mesma. O terceiro capítulo discorre sobre a metodologia da pesquisa a qual se trata de uma abordagem qualitativa, de caráter informativo que visa avaliar a política de inclusão e sua inserção em uma escola municipalizada de Carinhanha. No quarto capítulo são apresentados os resultados juntamente com a reflexão e a sistematização dos dados obtidos. Assim são feitas comparações com a teoria e a prática encontrada na instituição de ensino em questão. E por fim, são apresentadas as considerações finais, na qual é feita uma análise histórica da implantação da educação inclusiva, os desafios encontrados e os avanços conquistados.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Uma breve discussão sobre a deficiência

Sabe-se que até meados do século XVI não se possuía na sociedade a preocupação em proporcionar atendimento às pessoas tidas como “anormais” diante dos padrões impostos pela sociedade. Assim, a história das pessoas com deficiência é marcada pela exclusão, discriminação e tratamento de forma desumana. Na Idade Média, a deficiência era vista como uma ameaça à sociedade. Vale ressaltar que a deficiência, ao longo da história, foi enfrentada de forma preconceituosa e violenta. A pessoa que não se portasse de acordo com os padrões exigidos, era taxada como “subumana”, pois não teria utilidade para a sociedade. A pessoa que viesse ao mundo com deficiência visual, por exemplo, poderia ser abandonada ou, muitas vezes, exterminada, por não ter “importância” social. Muitas vezes, eram consideradas como fruto de algum castigo ou dádiva dos deuses, ou mesmo falha da natureza, sendo retiradas do convívio social e familiar. Como afirma Bisneto, "foram-lhe atribuídas várias caracterizações: como dos deuses, como experiência trágica de vida, como possessão de demônios, como poderes sobrenaturais" (BISNETO, 2011, p. 173).

A esse respeito, Maciel afirma que:

Ao longo da história, o processo de exclusão social foi se transformando, mas sempre abrangeu as pessoas com disfunção social ou inadaptação individual. Houve um tempo que a exclusão social se materializava pela extinção, morte. Na Grécia e Roma antigas, os cuidados e admiração pela beleza e pelo corpo fizeram com que, durante muitos anos, os recém-nascidos que apresentassem algum tipo de diferença física visível fossem sacrificados (MACIEL, 2010, p. 34).

Mediante essa lógica, inicia-se então no século XVI o período da segregação de pessoas com deficiência nos estabelecimentos, partindo do questionamento da igreja católica, que possuía grande influência na sociedade. Passou-se a mudar as opiniões e os conceitos políticos da sociedade em relação a esse público, embora ainda de forma equivocada. Contudo, com a Revolução Burguesa, o panorama político e econômico toma proporções diferentes e a igreja católica perde força. O contexto social do momento era de intensificação da indústria, por meio de trabalhos assalariados.

Assim, passaram-se séculos e escassos foram os avanços para a pessoa com deficiência. Por volta do século XVIII e XIX, na conjuntura europeia, foram designadas instituições de atitude assistenciais e filantrópicas, que funcionavam como “asilos e escolas”.

Em tais instituições, era oferecida alimentação aos internos, assim como instruções básicas de leitura, escrita, contagem, e também “oficinas de produção”. Ressaltando que as

pessoas com deficiência constituíam mão-de-obra barata no início do desenvolvimento industrial.

Nesta perspectiva, foram criadas no Brasil as duas primeiras instituições especializadas para a pessoa com deficiência, também com o mesmo objetivo e métodos da Europa, de cunho assistencial. Ressalte-se que as duas primeiras instituições no país foram voltadas a pessoas com deficiência visual e auditiva, criadas no Império por D. Pedro II, existindo até os dias de hoje. São elas: o Instituto Benjamin Constant, criado em 1854, e o Instituto Nacional de Educação de Surdos – Ines, criado em 1857, ambos situados no Rio de Janeiro.

Apenas no século XX é que se modifica a compreensão em torno do atendimento da pessoa com deficiência. Isso se deve a inúmeros fatores. Entre eles, o aporte da psicologia em meados de 1800 a 1900, momento no qual se iniciaram estudos e experimentos sobre a deficiência mental. Outro fator que culminou em transformações se derivou dos movimentos sociais. Naquele momento, a população se revoltou com os inúmeros casos de atos desumanos ocorridos no mundo ocidental, entre 1940 e 1950, após a Segunda Guerra Mundial. Tais ações implicaram diversas mobilizações, não só da pessoa com deficiência, mas também de outros grupos excluídos, em prol dos seus direitos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948, por exemplo, serviu como ponto de partida para promover o respeito aos Direitos Humanos. Deste modo, exprimiu as normas e os princípios relativos a esse assunto; além disso, serviu como inspiração para outras convenções que viriam a ser assinadas em outros países que começaram a pensar na criação de um corpo de normas.

Mediante tal Declaração, a maioria dos países passa a reorganizar suas políticas públicas e organismos jurídicos. Por meio desta conjuntura, é que se passa a ter uma compreensão de “educação especial”, mais precisamente na década de 1960. Mais uma vez, os movimentos sociais lideram, e um grupo de pais e amigos de pessoas com deficiência reivindica o direito à educação no ensino regular, juntamente com os demais alunos, dentre outras coisas. A partir daí, o movimento ganha força universal e chega ao Brasil na década de 1980, passando a ser conhecido como “integração”.

São inúmeros os pesquisadores da educação especial que abordam as nomenclaturas “integração e inclusão”, discussão que será detalhada mais adiante. Na década de 1950, sem o apoio do governo, criou-se a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, que tinha o objetivo de acompanhar as crianças com deficiência, desenvolvendo ações por meio de oficinas e atividades pedagógicas, possuindo um caráter educativo. Em meados da década

de 1962, foi criada a fundação da Federação Nacional das APAEs, conhecida na atualidade como a maior rede de assistência brasileira.

Cabe ressaltar que a partir de 1962 foram criados decretos, portarias, resoluções, notas técnicas e leis voltados para o amparo dos direitos fundamentais dos cidadãos e que se tornaram norteadores das decisões dos países. No Brasil, por exemplo, a Constituição Federal de 1988 garante os direitos individuais e sociais do cidadão; a partir deste documento, criaram-se outras leis, as quais vigoram no intuito de reparar tais preconceitos.

2.1.1 Conceitos sobre deficiência

Mediante estudos sobre deficiência, o Programa de Ação Mundial para as pessoas com deficiência dispõem o seguinte:

A Organização Mundial de Saúde (OMS), no contexto da experiência em matéria de saúde, estabelece a seguinte distinção entre deficiência, incapacidade e invalidez.

Deficiência: Toda perda ou anomalia de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica.

Incapacidade: Toda restrição ou ausência (devido a uma deficiência), para realizar uma atividade de forma ou dentro dos parâmetros considerados normais para um ser humano.

Invalidez: Uma situação desvantajosa para um determinado indivíduo, em consequência de uma deficiência ou de uma incapacidade que limita ou impede o desempenho de uma função normal no seu caso (levando-se em conta a idade, o sexo e fatores sociais e culturais). (PROGRAMA DE AÇÃO MUNDIAL PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, 1982, *online*)

Pode-se dizer que a pessoa com deficiência possui um determinado tipo de limitação em comparação com pessoas tidas como “normais” em seu entorno sociocultural. As pessoas com deficiência se deparam com obstáculos corporais ou de acessibilidade social, que são enfrentados com dificuldades, o que não quer dizer que a pessoa com deficiência é inferior aos demais cidadãos.

De acordo com Maciel:

Somente a busca de novos termos para lidar com a questão da deficiência, na perspectiva do politicamente correto, não tem sido efetiva para a modificação de concepções que, ao invés da preocupação limitada ao conjunto heterogêneo de fenômenos imposto pelo distúrbio, tragam para cena o sujeito que dá sentido das suas experiências simultaneamente individuais e sociais, em relações e vivências (MACIEL, 2010 p. 60).

A este aspecto, é notória a ausência de ações do Estado com relação à assistência e inclusão social da pessoa com deficiência. Muitas vezes, as políticas públicas direcionadas para este público foram voltadas para a exclusão e o isolamento compulsório das pessoas com deficiência. Se analisarmos as instituições criadas ao longo desta trajetória, percebe-se que lançou-se mão de muitos artifícios médicos-ortopédicos, visto que a atenção direcionada a

este público foi integralmente desenvolvida por instituições filantrópicas, sem nenhuma participação do Estado.

Ainda segundo Maciel:

Entretanto, é principalmente na área da educação que o princípio se faz presente como prática cotidiana, de tal forma que, a maior referência de sentido da palavra inclusão tem sido a de Inclusão Educacional, compreendida de forma genérica como a educação de crianças e jovens com deficiências em contextos regulares de ensino (MACIEL, 2010, p. 59).

Respeitar as diferenças é o primeiro passo para uma educação igualitária, afastando o fantasma do preconceito e ajudando e formando jovens mais tolerantes.

O fato é que deficiência não é sinônimo de incapacidade; deve-se parar de ligar uma pessoa com deficiência ao fracasso. Pessoas com deficiência têm suas limitações, assim como qualquer outra pessoa. Sua deficiência não a impede de crescer, de construir, de se tornar independente.

Ao longo dos anos, os professores vêm mudando metodologias e estratégias para lidarem com os alunos. Obtiveram muitos avanços a respeito da inclusão em salas de aulas regulares. Muitos se adaptaram ao modelo educacional de inclusão, mas, na realidade, ainda há aqueles que não estão aptos a lidarem com o diferente. O sistema educacional ainda deixa a desejar e os professores não sabem como trabalhar com essa realidade constante em sala de aula.

2.1.2 Diferenças entre integração e inclusão

Diva Albuquerque Maciel, em seu livro *Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar* (2010), atenta para o uso dos termos que, na prática, trazem definições e posicionamentos metodológicos diferenciados. Assim, entende-se que a integração alude à inserção de alunos com deficiência no contexto escolar, atendendo às necessidades individuais de cada um. A inclusão se baseia nos princípios da igualdade e da equiparação de ensejos na rede regular de ensino para o aluno com deficiência, ou seja, o direito de igualdade, de oportunidades, respeitando os seus limites e assegurando que as dificuldades não serão impedimentos para o processo de ensino e aprendizagem.

Percebe-se que as crianças com necessidades educacionais especiais foram inseridas em um sistema diferenciado que rotula suas diferenças como impedimento ou incapacidade e que as isolou. Possuir certa deficiência, no entanto, não implica que a criança não seja capaz de produzir conhecimento e se socializar com outras.

Dessa forma, os sistemas educacionais integram as crianças com necessidades educacionais especiais ao sistema regular de ensino; porém, essa diversidade não é respeitada. É notório que a crítica fundamental que tem sido feita quanto ao processo de integração é a de que as diferenças das pessoas com necessidades educacionais especiais não são consideradas, ou seja, tenta-se aproximá-las ao máximo do padrão dos ditos “normais”, querendo que se tornem as mais “normais” possíveis. A inclusão, no entanto, não está acontecendo, pois a escola não está oferecendo subsídios necessários para que o aprendizado aconteça dentro das suas especificidades individuais. O conceito de inclusão abrange não só os discentes com deficiência, mas todos os alunos da sociedade, e as escolas devem estar equipadas e organizadas para acolher e educá-las para a vida.

É notória a imensurável exclusão de pessoas com deficiência, que acontece desde o momento do nascimento; elas são comprimidas em um espaço educacional unificado só para discentes com deficiência, e muitas vezes abandonadas pela família.

Para que a inclusão no processo educacional aconteça, está condicionada à possibilidade de integração de alguns requisitos. Fazem-se necessárias readaptações de ambientes, flexibilização de currículos, profissionais especializados e, acima de tudo, um olhar humano, que acolha o discente e suas particularidades.

De acordo com Facion:

O que se conclui, no entanto, é que “o desafio pedagógico que a inclusão nos apresenta é muito mais amplo do que aquilo que se revela no interior da escola regular. Requer consciência social e política, mas especificamente uma atitude ética para com esse alunado”, que ao invés de se sentir acolhido, pode sentir-se abandonado em uma escola regular que não se encontra preparada para a inclusão (FACION, 2008, p. 110).

Para que esse equilíbrio aconteça, de modo a consolidar uma educação inclusiva de qualidade, as ações deverão estar interligadas com o desenvolvimento profissional de toda a equipe escolar. A partir do momento em que se rompe com os paradigmas já existentes no processo educacional, poderão se abrir novas portas, que irão permitir a promoção, autonomia social e educacional de todos.

Assim, a Declaração de Salamanca afirma que:

Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 01)

Diante disto, o posicionamento frente às pessoas que representam um desenvolvimento diferenciado é de atendimento igualitário. A partir do momento em que a

sociedade enxergar este público com um olhar humano, será possível atuar com efetividade na garantia de direitos, historicamente estabelecidos, transformando o sujeito em criador da sua história, e exercitando sua autonomia. Cabe ressaltar que, para que essa atuação se concretize e haja um compromisso com essa política, é necessária uma constante formação técnica do profissional, não se esquecendo do papel primordial da família.

Em *Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar* (2010), Diva Albuquerque Maciel e Silviane Barbato fazem uma reflexão sobre a interação com o meio para que o aprendizado aconteça, conceito desenvolvido por Piaget. Segundo o autor, o conhecimento se dá através do contato da criança com o objeto e a representação do espaço para o aluno é uma construção internalizada a partir das ações e das manipulações sobre o ambiente espacial próximo do qual faz parte. Portanto, não basta a criança estar em um espaço organizado de modo a desafiar suas competências; é preciso que ela interaja com esse espaço para vivê-lo intencionalmente. Ainda sobre esse assunto, Vygotsk afirma que o contato e relacionamento com outras pessoas é fator determinante para a construção do conhecimento e da linguagem. Isso quer dizer que essas vivências, na realidade, estruturam-se em uma rede de relações e expressam-se em papéis que as crianças desempenham em um contexto no qual, materiais, os rituais de rotina, a professora e a vida das crianças fora da escola interferem nessas vivências.

Facion assegura que:

O pensamento de Piaget e Vygotsky contribuiu para resgatar a figura do professor como mediador na construção do conhecimento. A ideia de mediação perpassa todo procedimento didático do professor, na medida em que se sensibilize para a compreensão das características individuais do seu aluno: como ele é? Como se comporta? O que ele gosta de fazer? Quais são suas reais dificuldades? Como se sente em relação a escola, à sua família e no relacionamento com os seus colegas? (FACION, 2008, p. 172).

Dessa forma, é necessária a interação entre as crianças, sem distinção, como já dito anteriormente. A inserção auxilia em seu processo de desenvolvimento, pois, assim, aprendem umas com as outras, fazendo parte de um mesmo contexto, seja ele social ou educacional. Sendo assim, as crianças com necessidades educacionais especiais, deveriam ser estimuladas a interagir constantemente com todo o corpo discente ao invés de serem educadas apenas em contato com crianças que se encontram na mesma situação. É notável que o ensino-aprendizagem, quando é organizado adequadamente, proporciona um desenvolvimento mental considerável, pondo em movimento processos que seriam impossíveis de acontecer por outros meios.

2.2. Educação Inclusiva: somos todos iguais na diferença

A educação é um direito de todos e é por meio dela que os outros direitos são garantidos a todos os cidadãos. Para que haja a construção da cidadania, o respeito aos direitos e liberdades humanas, é preciso que a escola garanta essa formação da cidadania, por meio da construção de conhecimentos, através das práticas pedagógicas, ampliando a visão de mundo e desenvolvendo oportunidades de convivências para todas as crianças.

No âmbito educacional, são muitas as políticas públicas que têm sido pensadas e implementadas para que a escola se torne inclusiva. A inclusão nos dias atuais assume um lugar central no contexto escolar e em diversos ambientes sociais. Todavia, para que realmente ocorra, faz-se necessário que ela seja democrática, comunitária e acolhedora da diversidade humana e das necessidades específicas de cada indivíduo, garantindo, assim, a inserção de todos, nos diferentes contextos da sociedade.

Beyer (2006) enfatiza que, ao longo dos anos, as pessoas com necessidades educacionais especiais passaram a ser inseridas nas escolas regulares. Contudo, os sistemas de ensino não oferecem a elas métodos que possam lhes permitir um desenvolvimento de si mesmos como alunos considerados “normais”. Sob essa ótica, fez-se necessária uma reconstrução no sistema educacional, que caminha a passos lentos, e de acordo com a qual a escola possui um papel de extrema importância no processo de inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais na vida em sociedade.

Cabe ressaltar que esse público agora é visto pelos diferentes contextos sociais e educacionais como pessoas pensantes, produtores do seu próprio conhecimento, capazes de dar uma respeitável contribuição social. Sendo assim, a educação inclusiva, dentro da escola regular, deve ser capaz de transformá-la em um espaço de todos e para todos. Deve-se favorecer a política da diversidade, considerando que alguns alunos podem ter necessidades educacionais especiais em um dado momento de suas vidas escolares. No mundo de violência, abandono e maus tratos, muitas crianças acabam sofrendo sequelas, e futuramente podem ser vistas como indivíduos com “deficiências” de aprendizagem. Sabemos que ainda temos pessoas que estereotipam e discriminam esses alunos, inclusive profissionais da educação, simplesmente por não conhecerem suas capacidades ou não estarem atualizados e habilitados para lidar com essas questões. É fato que a sociedade apresenta gradativamente diversas mudanças tanto no contexto escolar, social e cultural e faz necessário o acompanhamento do que cerne a educação, independentemente de se estar inseridos ou não nesta área é importante saber sobre assuntos da diversidade.

Segundo Kelman, o significado do termo diversidade “não se reduz a uma característica exclusivamente individual, mas refere-se também a fenômenos e grupamentos humanos e sociais, pois existe um substrato social das diferenças” (2010, p. 26). Nota-se que as diferenças são partes ativas da formação das identidades dos indivíduos. A diversidade é muito abrangente e, ao mesmo tempo, favorável ao desenvolvimento da sociedade. Entretanto, é um desafio da escola criar um espaço promotor do respeito e da tolerância às diferenças, envolvendo a equipe diretiva, a comunidade escolar e toda a sociedade. Preservar a diversidade no ambiente escolar representa dar oportunidade para o atendimento das necessidades educacionais especiais, com ênfase nas capacidades e potencialidades dos alunos; pensar nas múltiplas diferenças como parte ativa da identidade desses alunos, considerando-as e planejando estratégias pedagógicas que contemplem a todos. Kelman (2010) destaca a importância de dar oportunidade a alunos com necessidades educacionais especiais ter um convívio inclusivo, em que eles possam aprender com as outras pessoas ao seu redor, assim como também demonstrar suas capacidades. Esta concepção de pertença é de suma importância para as pessoas com deficiência e também para as demais pessoas que convivem com elas, uma vez que demonstra que todos têm alguma coisa a compartilhar e aprender uns com os outros.

Enfim, para fazer a inclusão de fato e garantir a aprendizagem de todos os alunos na escola regular é imprescindível fortalecer a formação dos professores e criar uma rede de apoio adequada entre alunos, professores, gestores escolares, famílias e profissionais de saúde que atendem às crianças com necessidades educacionais especiais, convivendo ou vivendo com as diferenças.

2.2.1. A Constituição Federal de 1988

A Carta Magna de 1988, regulamentada pelo Decreto nº 914, de setembro de 1993, garante algumas políticas sociais brasileiras; porém, sabe-se que não foram concretizadas de fato. Ainda que as pessoas com deficiência tenham sido reconhecidas como cidadãos de direitos, elas permanecem encarando imensuráveis entraves de igualdade e equidade, tanto em relação à inclusão como no que diz respeito à integração de oportunidade no meio social. A Constituição Federal de 1988 vem assegurar, em seu Artigo 208, a regulamentação do trabalho em regime especial para aqueles que possuem alguma limitação.

O Artigo 5 informa que: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade

do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes” (BRASIL, 1988).

Ainda que a educação brasileira seja pautada em leis, sabemos das dificuldades de inserir alunos com deficiência em salas de aulas do ensino regular. Há muito preconceito e discriminação em relação a eles. Não se pode, portanto, ser omissos diante do grande número de pessoas excluídas em nossa sociedade.

Apesar das políticas de inclusão serem cada vez mais presentes, percebe-se que há várias lacunas a serem preenchidas na efetivação das mesmas. Novas escolas foram desenhadas visando à promoção da acessibilidade; no entanto, a maioria desses desenhos encontra-se rascunhada em papéis. O que se vê nas instituições escolares é uma realidade bem diferente da que foi idealizada nestes modelos. Mesmo passadas duas décadas e meia desde a implementação da Constituição Federal, salta aos olhos o fato de algumas pessoas desconhecerem tais direitos pautados constitucionalmente, gerando negligência no processo de oferta de ensino.

2.2.2 A LDBEN e a Declaração de Salamanca

Sabe-se que, comumente, na demanda escolar, a formação do profissional para atender a alunos com necessidades educacionais especiais sempre ocorreu de forma dissociada da formação geral dos professores. Assim, a Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20/12/1996, em seus Artigos 58 e 59) afirma que os profissionais devem contar com especialização adequada, para a melhor oferta do ensino e aprendizagem.

Art.58. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. (BRASIL, 1996).

Desta forma, é notório que no contexto de formação de professores ocorreram grandes transformações, principalmente na década de 1990, momento em que passou a ser oferecida uma formação com recursos e estratégias que atendessem aos alunos com limitações ou não.

A esse respeito, afirma-se na Declaração de Salamanca que:

- Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,
- Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.(DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.01)

Embora tais direitos estejam garantidos, percebe-se que na prática estão longe de serem alcançados. Seria relevante analisar se o corpo institucional aprecia os processos descritos, no intuito de mediar soluções no enfrentamento das questões existentes, ou seja, avaliar a percepção da política de inclusão da pessoa com deficiência na educação, averiguando quais avanços a instituição apresenta na vida dos discentes com necessidades educacionais especiais.

2.3. A implantação da inclusão da rede regular de ensino

O processo inclusivo tem andado a passos lentos; porém, alguns resultados são positivos. A implantação desse processo na rede regular de ensino, por exemplo, deu-se a partir dos princípios da Constituição Federal de 1988, em acordo com a Declaração de Salamanca. Proporcionou-se, dessa forma, uma educação como direito humano fundamental, baseada na garantia de direitos e de uma sociedade mais justa. Com isso, tem-se como objetivo atender a todos, respeitando suas características e limitações, e habilitando todas as escolas para a oferta do ensino.

Destaca-se que, muitas das vezes, o direito está garantido em lei; porém, a gestão governamental não oferece subsídios para que ele seja efetivado, acontecendo só no papel e não na prática. Assim, além dos empecilhos nas estruturas físicas da rede regular do ensino básico, também encontramos profissionais despreparados, sem qualificação específica para atender ao AEE – Atendimento Educacional Especializado.

De acordo com Facion:

Desse modo, podemos pensar que a “educação para todos”, em especial na rede regular de ensino, requer mudanças que extrapolam o nível técnico para instaurar seu eco nas práticas instituídas no cotidiano, que funcionam como verdadeiros alicerces da cultura escolar ou das formas simbólicas de relação. O fundamento da prática inclusiva representa uma expressão de boa prática para todos os alunos. Ela requer diferenciação do trabalho de sala de aula dentro do programa curricular comum, ajudando, contudo, a escola a responder às necessidades de todos os alunos (FACION, 2008, p. 116).

Mesmo que esta dinâmica esteja assegurada, observam-se fissuras entre as leis vigentes e as práticas educativas adotadas nas instituições de ensino, o que vem mostrar que ainda há grandes embates em torno da política de ensino no país.

2.3.1 A política de inclusão no Brasil e a inserção social do discente

Partindo do pressuposto de que a sala de aula é um mundo complexo em que docente e discente interagem constantemente em busca do conhecimento, construção de valores e culturas, normas e regras, respeitando a individualidade e construindo a diversidade, é importante ressaltar que o educador tem que estar em constante aprendizado. São imensos os desafios; assim, o educador deve estar pautado em uma pedagogia voltada ao discente e não ao conteúdo, que traz como desígnio a aprendizagem em toda a sua complexidade.

Desta forma, a educação inclusiva “ideal” é aquela que permite perceber as diferenças, respeitá-las e com elas interagir. Assim, se estará contemplando uma igualdade de direitos pautados nos quatro pilares da educação, segundo o relatório da UNESCO, “aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser”, os quais constituem elementos fundamentais para que a inclusão aconteça e a sociedade possa ser mais humanizada (2010, p. 31).

Sabemos que o país trabalha em uma linha política de reparação de direitos. Somente após a Constituição Federal de 1988 é que passamos a ter direitos garantidos no papel, que vieram se efetivar na prática com avanços tal como a LDBN, e alguns decretos.

Porém, a proposta de inclusão ainda não se incorporou de fato no contexto sociocultural, principalmente para discentes que necessitam de recursos que viabilizem a sua acessibilidade.

Assim, nem todos entendem que não é o discente que tem que se adaptar ao contexto escolar e sim a comunidade escolar que tem que se adequar às suas reais necessidades; dessa forma, será possível haver uma escola inclusiva para todos (as), sem distinção.

É uma tarefa que se estende a toda a comunidade escolar. Tanto o ensino regular como o ensino especial precisam estar aliados às famílias; se não for trabalhado esse conjunto, não será possível realizar uma prática efetiva, pois ambos andam juntos. Trata-se de um casamento entre família, escola e comunidade. É notório que algumas vezes as instituições educacionais “passam a bola de mão em mão” à procura de alguém a quem responsabilizar pelo processo, o que não resolve o problema, mas sim uma ação conjunta.

Tem-se caminhado em busca desta acessibilidade e inclusão, de modo a despertá-la em seus familiares, cidadãos de direitos, em busca da efetivação desta política, para que se possa exercer a cidadania plena.

A sala de aula é um ambiente complexo, em que educadores e alunos interagem constantemente, construindo conhecimento. Dentro deste espaço, a individualidade convive com o respeito à diversidade. A escola, para ser inclusiva, necessita da promoção da formação continuada a todos os profissionais envolvidos neste processo. Como afirma a Declaração de Salamanca, “a preparação adequada de todos os profissionais da educação é um dos fatores - chaves para proporcionar a mudança” (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 08).

3. OBJETIVOS

Sabe-se da necessidade de inserir os alunos com necessidades educacionais especiais nas salas de aulas de ensinos regulares, bem como da resistência que algumas instituições possuem devido à falta de estrutura física nas mesmas, formação específica dos profissionais, entre outras coisas.

Deste modo, busca-se compreender a política de inclusão de pessoas com deficiência e sua inserção em uma escola municipalizada de Carinhanha, bem como os avanços que a instituição obteve em relação à integração dos discentes, investigando os possíveis benefícios da aproximação entre a sociedade e o poder público na efetivação da política de inclusão.

Assumindo essa perspectiva, a pesquisa traz como objetivos:

Objetivo geral

Avaliar a política de inclusão da pessoa com deficiência e a sua inserção em uma escola municipalizada de Carinhanha.

Objetivos específicos

Analisar quais os avanços que a instituição almeja visando à integração dos discentes da referida escola;

Verificar os possíveis benefícios da implementação de uma política de inclusão na instituição de ensino;

4 METODOLOGIA

4.1 Fundamentação Teórica

A presente pesquisa foi realizada em uma escola municipalizada do Ensino Fundamental II, em Carinhanha (BA). Fundamentou-se a investigação em pesquisas realizadas a partir de diferentes plataformas, tais como livros, cartilhas, revistas, artigos científicos, *web site* etc. Durante a elaboração desta pesquisa monográfica, realizaram-se conversas informais com profissionais da área, entrevistas e observações, de modo a subsidiar o acadêmico como material de estudos e com aquisição de dados qualitativos.

Foi feito um estudo bibliográfico, no qual realizamos leituras e reflexões sobre as concepções de diferentes autores, ampliando nosso conhecimento sobre o tema. Por meio deste levantamento bibliográfico, foram discutidos conceitos acerca da política de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais de uma escola municipalizada de Carinhanha-Ba, em várias conjunturas. Mais especificamente, no enfrentamento das questões sociais relacionadas aos discentes com deficiência.

Segundo Goldenberg (2003, p. 94), em relação à entrevista deve-se fazer uma análise comparativa das diferentes respostas, bem como das ideias que aparecem e do que se confirma ou se rejeita como hipóteses iniciais. Então, analisam-se os dados numa perspectiva mais ampla.

Sendo assim, a análise foi realizada aos poucos, atentando para cada procedimento subsequente.

Sabendo-se que, na pesquisa, o diálogo com os integrantes que a compõem é de fundamental importância para a aquisição de dados, é relevante elucidar que o procedimento metodológico utilizado nesta pesquisa é de caráter descritivo, e bibliográfico.

A investigação possui caráter informativo de ordem qualitativa, por procurar interpretar e expor a essência da inclusão escolar bem como, suas políticas de implementação em uma determinada escola do município de Carinhanha. Para coleta de informações foi realizada entrevista semiestruturada com alguns participantes da equipe escolar e observação do ambiente e da metodologia aplicada em sala.

4.2 Contexto da Pesquisa

A presente pesquisa foi realizada em uma escola municipalizada do Ensino Fundamental II, na cidade de Carinhanha - Bahia (BA). Desenvolveu-se uma análise em torno da política de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais dessa escola. Investigou-se a abrangência da política de inclusão e sua efetividade na escola, refletindo se

os processos de ensino e aprendizagem estão sendo eficazes para a construção de conhecimentos por parte de alunos com necessidades educacionais especiais.

Com base em informações fornecidas pela secretaria da escola municipalizada, seus alunos têm um perfil de baixa renda. Suas famílias trabalham com atividades informais: alguns são pescadores, pedreiros, agricultores familiares e domésticos. Assim, muitos destes alunos já trabalham para contribuir nos custos de casa, o que, à primeira vista, parece dificultar seu processo de aprendizagem, uma vez que quando vão à escola estão exaustos.

A estrutura física da escola é composta por dez salas de aulas, que não possuem carteiras escolares suficientes para o número de alunos e mobiliários adequados; sala da diretoria; uma sala de secretaria; espaço para biblioteca – que ainda está desativada por não possuir livros; cantina pequena sem estrutura para atender às necessidades da escola; um laboratório de informática sem funcionamento por falta de instrutor e manutenção; banheiros femininos e masculinos. Há também na área externa da escola um espaço no qual se trabalha com o projeto horta escolar e um auditório. No que diz respeito aos recursos humanos, a escola tem no seu quadro de funcionários: um porteiro, uma diretora, uma vice-diretora, treze professores, duas coordenadoras pedagógicas, uma merendeira, uma copeira e quatro faxineiras.

Em relação à formação acadêmica dos professores, quase todos são licenciados. Entre as licenciaturas: matemática, letras, história, geografia, pedagogia. Apenas um não é licenciado, possuindo somente o magistério.

Analisando as especializações, cursos de capacitação ou formação específicas na escola, apenas o diretor, o vice-diretor e o coordenador são especializados em gestão educacional. Ressalta-se que os alunos com deficiência são encaminhados a um centro de atendimento especializado, o Núcleo de Atendimento de Educação Inclusiva de Carinhonha – NAEIC, onde recebem atendimento três vezes por semana, com psicopedagogos e fisioterapeuta, em uma sala lúdica, pois o núcleo não dispõe de salas de recursos multifuncionais. Tais atendimentos não os impede de frequentar a escola.

4.2.1 Participantes da Pesquisa

Os sujeitos de pesquisas foram três: um professor, que atende uma sala multiseriada contendo alunos com necessidades educacionais especiais, do sexto ao oitavo ano do fundamental II., a coordenadora pedagógica que está envolvida diretamente com os alunos em questão e a vice-diretora como conhecedora da instituição nos proporcionou todos os tramites para realização da pesquisa.

4.3 Materiais

Na realização da pesquisa, visando à construção, organização e análise das informações, foram utilizados: papel para anotações, caneta para responder os questionários, notebook para pesquisar, estruturar e formatar os dados obtidos, impressora para imprimir o roteiro de entrevista e demais documentos e ainda o próprio roteiro de pesquisa.

4.4 Instrumentos de construção de dados

As informações foram estabelecidas a partir da técnica de observação direta na escola pesquisada e do procedimento de entrevistas aos docentes.

Durante a elaboração desta pesquisa ocorreram também conversas informais com profissionais da área sobre o tema pesquisado, fornecendo apoio ao processo de captação e elaboração dos dados qualitativos.

Desenvolveu-se uma reflexão em torno das demandas cotidianas da escola quanto à política de inclusão, analisando os procedimentos de ensino e aprendizagem direcionados a esse público.

A entrevista semiestruturada foi aplicada mediante o aceite dos sujeitos participantes da pesquisa, que forneceram informações a respeito da política de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais de uma escola municipalizada de Carinhanha-Ba.

Cientes da necessidade de inserir os alunos com necessidades educacionais especiais nas salas de aulas de ensinos regulares, busquei avaliar a política de inclusão da pessoa com deficiência e a sua inserção na referida escola e assim, analisar quais os avanços que a instituição almeja em prol à integração desses discentes.

Com o objetivo de compreender o fenômeno da implementação de políticas inclusivas na escola, percebi a necessidade investigar juntos ao envolvidos os fenômenos geradores.

[...] nenhum fenômeno da natureza pode ser compreendido, se focalizado isoladamente, sem conexão com os fenômenos que o cercam, pois todo fenômeno, tomado de qualquer campo da natureza, pode converter-se em um absurdo, se examinado sem conexão com as condições que o cercam, desligado delas; e pelo contrário, todo fenômeno pode ser compreendido e explicado, se examinado em sua conexão indissolúvel com os fenômenos circundantes e condicionado por eles (Stalin. apud MARX, 1938, p. 491).

Entendendo que para compreender melhor a inclusão é necessário conhecer os fenômenos que inviabilizam sua efetivação na escola, escolhi entrevistar os envolvidos nesse contexto (professores, vice diretor e coordenador pedagógico).

Investigaram-se também seus posicionamentos acerca desta demanda, bem como sobre o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais e suas inclusões.

4.5 Procedimento de construção de dados

Para a construção de dados foi utilizada a técnica de observação direta nos espaços escolares e do procedimento de entrevistas aos docentes com questionários previamente elaborados.

Optou-se pela observação, visto que, trata-se de técnica de coleta de dados que proporciona a possibilidade de se captar uma variedade maior de situações às quais não se obteria somente por meio da realização de perguntas.

Ao se observar os espaços foi possível acompanhar as experiências diárias dos sujeitos e tomar nota do significado que estes atribuem à realidade e às suas ações.

A entrevista semiestruturada foi aplicada mediante o aceite dos sujeitos participantes da pesquisa e permitiu que o informante discorresse sobre suas experiências, levando em conta o foco principal proposto pela pesquisadora; sendo assim, produziu respostas livres e espontâneas e ao mesmo tempo valorizou-se a atuação do entrevistador. As questões elaboradas foram pertinentes para investigar sobre esse fenômeno social e fazer a articulação com os dados observados anteriormente.

4.6. Procedimentos de análise dos dados

Mediante a observação e as entrevistas realizadas na escola municipalizada, foi possível fazer uma análise acerca do tema pesquisado. Por meio de visitas, observações e entrevista, buscou-se refletir sobre o impacto dos processos de ensino e aprendizagem na edificação dos conhecimentos de alunos com necessidades educacionais especiais da referida escola.

Dessa forma, a coleta de dados foi realizada por meio da entrevista semiestruturada.

Assim, o conjunto de elementos que emergiu com a coleta possibilitou uma análise qualitativa dos dados através do agrupamento em categorias de análise.

As entrevistas da pesquisa foram transcritas e despontaram aspectos comuns, repetições e semelhanças ou, ainda, individualidades vividas, possibilitando o agrupamento em quatro categorias organizadoras do material; quais sejam: **avaliação nos contextos educacionais inclusivos; formação dos professores; possibilidades de mudanças visando à prática pedagógica e avanços na política de inclusão.**

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Fazendo uma análise histórica da educação inclusiva e uma análise crítica das entrevistas e observações, foi possível constatar alguns aspectos, os quais foram agrupados em categorias de análise. Despontaram pontos em comum, repetições e semelhanças ou, ainda, individualidades vividas, possibilitando o agrupamento do material em quatro subtópicos.

5.1 Avaliação nos contextos educacionais inclusivos

Percebeu-se que a escola pesquisada recebe alunos com necessidades educacionais especiais; porém, não existe o acolhimento e a inclusão de fato, como assegurado em lei.

De acordo com a professora E¹, quando perguntada a respeito da capacitação profissional e disponibilidade de recursos didáticos “Na inclusão ou em qualquer área de conhecimento, se não tiver compromisso, gosto pelo que se faz e respeito pelo outro, nada se conquista, de nada adianta”.

Quanto ao contexto educacional na instituição, ela ressaltou que: “já foram feitas as rampas. Em relação ao material didático, existem alguns jogos, mas ainda falta muito. Por exemplo, as salas de aula de recursos. Acredito que a instituição está preparada, pois está recebendo bastante alunos”.

Já a professora S menciona que “precisa-se especificamente de um professor especialista na área de inclusão, para dar suporte para o professor que já está com a turma. Depois, buscar também a interação com a família e conhecimentos na área de inclusão é a melhor maneira”.

A professora S disse ainda que: “o acesso ainda é pouco. É necessário adaptar a escola em relação a informações sobre outros tipos de deficiências. Por enquanto, só é acessível a cadeirantes. Precisa-se também de profissionais especializados, como fisioterapeuta, psiquiatra, psicólogo, psicopedagogo, intérprete de Libras, entre outros”. Com relação aos materiais pedagógicos, disse ter alguns jogos, “mas não é suficiente para suprir as necessidades de todos. Não temos o alfabeto Braille; apenas um pouco de material lúdico”.

A professora M afirmou que: “os momentos de reunião com os professores são os melhores para se ajudar os professores. Sempre buscando leitura, compartilhando experiências com outras colegas, porque o currículo não está adaptado para essa realidade, os professores não têm recursos pedagógicos. Só o quadro e giz, como já relatei”. Segundo a

¹ Utilizei letras para identificar os entrevistados por uma questão de manutenção de sigilo.

professora M, “o acesso é somente através de rampas. Não existem materiais pedagógicos específicos. Não tem sala de recursos, só tem matérias comuns, como alfabeto móvel, baralhos, quebra cabeças”. Ainda de acordo com ela, “não é fácil incluir quando se vê, a olhos nus, a falta de preparo da instituição, bem como dos profissionais. Todos gritam por uma capacitação que os direcione. Percebe-se a angústia nas expressões e nas falas dos mesmos”.

5.2 Formação dos professores; possibilidade de mudanças

Nesta segunda categoria de análise, destacam-se os seguintes posicionamentos dos sujeitos da pesquisa:

A professora E disse que: “temos no ensino regular alguns professores sem formação; outros com formação apenas em uma disciplina, e poucos pedagogos. Nenhuma educação depende só dos professores, ainda mais a educação inclusiva, que precisa de muitos outros profissionais”.

Já S afirmou a que “alguns possuem licenciaturas e um apenas o magistério”. Para ela, “não sabem usar os materiais. Aí o aluno está incluso só em sala de aula, pois ninguém tem especialidade na área”.

A professora M seguiu a mesma linha de raciocínio da professora S: “a equipe pedagógica precisa de mais conhecimentos, mais formações e mais capacitações”.

No que diz respeito a essa discussão, Romanowski relata que:

Além dessas etapas, a profissionalização abrange, como condições para o exercício do ofício do professor, um conjunto de conhecimentos e técnicas para o exercício da atividade docente, que lhe permita o domínio da teoria pedagógica e da ciência específica, objeto de ensino e da prática docente, assim como conjunto de valores éticos e normas autológicas que regem a função docente (ROMANOWSKI, 2007, p. 41).

Em consonância com a autora, é imprescindível a formação específica na área, pois essa condição significa a qualidade do ensino ofertado. No caso da educação inclusiva, ainda mais, por determinar estratégias e metodologias que respeitem as peculiaridades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Essa falta de preparo os faz desenvolver as aulas com o único recurso que possuem; neste caso, a vontade de fazer algo pelas crianças, bem como a experiência trazida de muitos anos de sala de aula.

5.3 Possibilidade de mudanças visando à prática pedagógica

A professora E acredita nas novas estratégias, com o uso metodologias diferenciadas, desenvolvendo três atividades em torno do mesmo tema, e avaliando-os de acordo com suas

limitações: “posso explorar deles apenas o que podem me oferecer. Mas em dois anos que estou com eles, já se desenvolveram bastante”.

A professora M é bem objetiva: “se não tiver o apoio de metodologias diferenciadas e lúdicas, só os conteúdos curriculares em si não garantem a aprendizagem”.

Diante dos comentários das duas entrevistadas, nota-se que não há muita expectativa em relação a práticas inovadoras. Percebe-se uma descrença, ou talvez um cansaço por conta de uma luta sem progressos, sem apoio. Dessa forma, contam com as poucas estratégias que ainda lhes resta.

De acordo com Facion:

Por conta disso, a inclusão requer discussões que não podem ocorrer no vazio social, e a formação dos professores não pode acontecer sem referência aos contextos sociais em que irão ensinar, muito menos sem a preparação para as parcerias que a educação especial inclusiva requer, seja com os pais, seja com os serviços especializados na comunidade, como os de saúde e os sociais. Essa talvez seja a mais importante barreira a ser quebrada, de modo a favorecer o compartilhamento de informações e a superação das lacunas entre os diferentes serviços e as famílias, muitas vezes responsáveis pela disseminação de informações equivocadas e estereótipos de todas as naturezas (FACION, 2008, p. 113).

Desta maneira, o processo de ensino e aprendizagem desse público não é diferente dos demais, uma vez que o aprendizado se dá no meio em que se encontram e da bagagem que trazem do seu meio familiar. Entretanto, a escola deverá estar aberta para compreender os diferentes enfoques curriculares para o atendimento da diversidade, apontando os elementos essenciais para se trabalhar as potencialidade e limitações dos alunos, e possibilitando o acesso ao conhecimento de forma igualitária. Com isso, é notório que a caminhada ainda é longa para alcançar essas mudanças. Aos poucos, algumas conquistas se concretizam, pois a escola não caminha sozinha: o Estado também tem um papel de fundamental importância neste processo.

5.4 Avanços na política de inclusão

Percebe-se que alguns professores ainda têm receio de falar sobre inclusão. Outros se omitem. Muitos por medo da punição do gestor, se calam. Ainda existe em nosso meio a represália: mesmo sabendo-se que a inclusão não se faz dessa forma, muitos se calam para agradar a direção da escola, cumprindo com seu ofício.

Em seu relato, a professora E afirma que: “A inserção da inclusão no projeto Político Pedagógico da Escola e a implantação do NAEIC (Núcleo de Atendimento Educacional de Educação Inclusiva de Carinhanha) no município foram os únicos avanços adquiridos”.

Menciona, ainda, que a “inclusão aqui na escola chegou a passos lentos. Estamos engatinhado; temos, por exemplo, a boa vontade de transmitir conhecimentos para os alunos na base do amor e dedicação. Não temos subsídios para trabalhar por conta da nossa falta de preparo. Fazemos o que podemos, de acordo com a nossa criatividade”.

A professora S conta com a parceria com o NAEIC, para o melhor desenvolvimento do aluno. Argumenta que: “Ainda falta muito para acontecer a inclusão. Além do mais, os nossos professores precisam ir mais além do que ser um simples professor. Tem que ser educador. Os alunos com necessidade educacionais especiais têm que ser tratados com amor e respeito. É preciso ter um trabalho diferenciado e nem todo professor está preparado”.

Na fala da professora M, nota-se a angústia a respeito da inclusão educacional: “não é fácil trabalhar a inclusão nos espaços de ensino regulares. Aqui na escola também não é diferente. O professor precisa ter muito amor ao que ele faz, além de uma boa formação na área. Mesmo assim, ainda precisa de muito tempo, carinho, resistência e determinação”. Segundo M, “falar de inclusão é fácil; difícil é implantar a política de inclusão, com tantos preconceitos e discriminação, vivenciando na prática essa realidade”.

Comparando algumas falas dos sujeitos entrevistados, percebemos que reconhecem não estarem preparados, fazendo uso de suas próprias estratégias para lidar com essa realidade. Nesse sentido, pode-se dizer que se criou na escola pesquisada uma espécie de “sala de exclusão”, na tentativa de envolver todos os alunos com alguma deficiência em uma única sala. E acreditou-se que essa era a forma mais efetiva para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais, e que trazia “resultados significativos”.

A professora S trouxe como exemplo uma sala de aula da professora J: “separamos alguns dos alunos com deficiências e montamos uma sala de aula contendo alunos do sexto, sétimo e oitavo ano do ensino fundamental II e todos com deficiência”. Segundo S, a professora J “faz um trabalho diferenciado, buscando atender à necessidade individual de cada um. Tem dois anos que ela está com a turma: os alunos, os professores e os pais dos alunos têm gostado muito. Sabemos que está surtindo efeito”.

De acordo com Romanowski:

A sala de aula é um ambiente de diversidade, uma vez que abriga um universo heterogêneo, plural e em movimento constante, em que cada aluno é singular, com uma identidade originada de seu grupo social, estabelecida por valores, crenças, hábitos, saberes, padrões de condutas, trajetórias peculiares e possibilidades cognitivas diversas em relação à aprendizagem (ROMANOWSKI, 2007, p. 117).

Entretanto, o corpo docente, sem experiência alguma na área de inclusão, acabou excluindo essas crianças, afastando-as de vivenciarem novas experiências com seus colegas, pois estudam “separados” dos ditos “normais”.

Como responsabilizar os docentes, se esta foi a única forma que encontraram de inserir esses alunos na escola, alunos rejeitados por outras salas, outras escolas, outros professores? Contudo, vale ressaltar que cabe ao corpo educacional buscar caminhos que assegurem os direitos dos alunos com deficiência, não lhes negando a convivência em sociedade.

Segundo Freire:

É importante que o professor tenha consciência do que faz, por que faz e como faz; que estabeleça o confronto de como era a situação, como está sendo desenvolvida e como reconstruir para fazer coisas diferentes das que sempre faz. Trata-se de um processo coletivo, pois isoladamente, as mudanças sociais e culturais não ocorrem (FREIRE, 1996, p. 42).

Sabe-se que a inclusão não procede dessa maneira. No entanto, mesmo isolados em uma sala de aula, e ainda sendo colocados na última sala de aula da instituição, os professores confirmam que há desenvolvimento educacional dessas crianças, afirmando que “esses alunos se sentem incluídos”.

Em uma de suas falas, a professora E fez a seguinte comparação: “eu tenho uma sala de aula de alunos homogênea, e heterogênea de conhecimentos”.

Na fala dessa professora, percebe-se que ela reconhece que não está sendo dada a essas crianças uma formação adequada. A professora também reconhece que necessita desenvolver três tipos de atividades para alcançar o ritmo de aprendizagem das crianças. E menciona que é desgastante elaborar três atividades diferenciadas .

Ainda assim, esta foi a única forma de acolher esses alunos na escola, pois a mesma não dispõe de uma estrutura física, psicológica, e formação docente adequadas, com escassez de material pedagógico para subsidiá-los. O que fazer, então, para implantar a inclusão nas escolas de ensino regulares, passadas duas décadas desde a implementação dessa discussão no mundo? Vivemos no século XXI e os profissionais da educação ainda não sabem a verdadeira essência do que é incluir.

Sobre isso, Freire diz que:

Todo planejamento educacional, para qualquer sociedade, tem que responder às marcas e aos valores dessa sociedade. Só assim é que pode funcionar o processo educativo, ora como força estabilizadora, ora como fator de mudança (FREIRE, 2003, p. 10).

Diante disso, acredita-se nesta última fala, “na mudança”, pois é preciso pensar em educação além dos muros escolares, rompendo com tais preconceitos e discriminações e não o

contrário. Por meio da educação, é possível abrir caminhos para o diálogo e a humanização, colocando em prática ações que respeitem o cidadão de direito que é o aluno com necessidades educacionais especiais.

Portanto, essa observação leva-nos a refletir sobre a realidade de muitas outras escolas e crianças com deficiência no país. Salta aos olhos o descaso a respeito da educação inclusiva. Não se podem negar os progressos, mas ainda há muito que avançar para construir a inclusão de pessoas com deficiência nos espaços socioeducacionais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando a política de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais de uma escola municipalizada de Carinhanha-Ba, observou-se que alguns desafios foram conquistados; porém, muitas outras demandas continuam a existir no panorama das políticas de inclusão, à espera de resoluções.

Constatou-se que os profissionais possuem saberes em outras áreas das ciências, não sendo ela específica no direcionamento da política de inclusão, o que impacta na qualidade do ensino. Compreende-se que dentro dessa conjuntura de equipe multiprofissional, faz-se necessária a especialização na política da inclusão. Percebe-se que a falta dessa especialização dificulta e prejudica o trabalho em equipe.

Referindo-se à análise institucional, é evidente que foram difundidas algumas conquistas, constatadas através dos relatos dos profissionais. Observou-se um comprometimento em relação aos alunos, porém fazendo-se uso de estratégias e metodologias voltadas somente para a efetivação da integração. Averiguou-se que a oferta de ensino e aprendizagem tem deixado a desejar, pois a equipe multiprofissional da instituição não possui formação específica na área, não viabilizando a inclusão de fato, capaz de desenvolver a autonomia e inclusão social dos alunos com deficiências atendidos. Também foi identificado que a estrutura institucional não é apropriada para um bom desenvolvimento dos trabalhos, pois o ambiente físico não oferece subsídios necessários para a ressocialização e ensino e aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais. Os resultados assinalam que o corpo institucional tem atuado no processo de integração, possibilitando aos usuários melhores condições de estudo, já que diminuíram os casos de isolamentos, bem como a condução para outras localidades, entretanto percebe-se que ainda ocorre a integração exclusiva, uma vez, que estes alunos ocupam uma sala de aula exclusiva para eles.

Identificou-se que a política de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais da escola em questão apresenta uma nova configuração de cuidados e concepção dos alunos com deficiência, quanto à sua integração. Porém, há uma ausência de debates sobre a política de educação inclusiva. Apesar das conquistas, portanto, constata-se ser preciso arremessar-se na edificação da autonomia e cidadania dos alunos com necessidades educacionais especiais, a fim de criar estratégias de uma política inclusiva realmente efetiva.

Por tanto, é explícito que para um melhor atendimento na educação inclusiva, faz-se necessária uma humanização na oferta de ensino e aprendizagem, bem como especialização na área, para melhor desenvolvimento dos serviços ofertados.

Conclui-se que a pesquisa possibilitou várias conquistas e aprendizados, permitindo ao pesquisador ir muito além do idealizado. Desse modo, pôde-se desenvolver conhecimentos que, possam vir a cooperar na política de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais da escola pesquisada

Foi possível fazer um diagnóstico sobre a política de inclusão na escola pesquisada, demonstrando sua trajetória, avanços e desafios.

Cabe relatar também a importância do trabalho de campo na vida acadêmica do pesquisador, vindo a contribuir no desenvolvimento da pesquisa, bem como na visualização de demandas e questões acerca da temática pesquisada.

No âmbito do que se propõe, a saber, analisar a política de educação inclusiva, fundamenta-se a reflexão em vários campos de ação. Desse modo, esse questionamento adentra a invenção de novas práticas, propondo à inclusão socioeducacional dos alunos com necessidades educacionais especiais, sob a entrada da diversidade de visões, conhecimentos e ensinamentos sobre a questão. Deseja-se romper a coerência das hierarquias e da unificação, instigando a pluralidade de múltiplos saberes.

No entanto, a política de educação inclusiva enfrenta a luta por uma sociedade sem discriminações, propondo uma atuação sobre princípios de ações com pessoas envolvidas com os direitos humanos e a transformação social rumo à cidadania. Transferiu-se para a escola, sociedade e família o acolhimento do aluno com deficiência. Assim, a partir dos debates sobre a política de inclusão, o aluno com necessidades educacionais especiais é desinstitucionalizado, e atendido no próprio município e no recinto familiar, sendo esse cenário a maior das políticas de inclusão, apesar de se estar muito distante dessa realidade.

Sob essa perspectiva, destacam-se os inúmeros progressos em nível nacional que culminaram na aprovação de leis e portarias em torno da desinstitucionalização dos alunos com necessidades educacionais especiais, e que se empenham na construção de redes de aparelhamentos acessíveis a todos. No entanto, os direitos da pessoa com deficiência necessitam ser abrangidos como um todo perante a sociedade.

7. REFERÊNCIAS

BEYER, H. O. **Educação Inclusiva ou Integração Escolar? Implicações Pedagógicas dos conceitos como rupturas paradigmáticas.** In: III Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educadores – **Educação Inclusiva: direito à diversidade. Ensaios Pedagógicos.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. p. 85-88. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ensaiospedagogicos2006.pdf>> Acesso em: 28 set. 2014.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB** (Lei n.º 9394/96). 20 de dezembro de 1996.

FACION, J. R. **Inclusão Escolar e suas implicações** / José Raimundo Facion, organizador: Carmen Lúcia Guimarães de Mattos. 2 ed.rev.e atual. Curitiba: Ibope, 2009.

FAGUNDES, T. C. P. C. **Metodologia da pesquisa. Especialização em EAD.** Tereza Cristina Pereira Carvalho Fagundes. Salvador: UNEB/ EAD, 2009. 52p.

FREIRE, P. **Educação e Atualidade Brasileira.** São Paulo: Cortez, 3ª ed.2003. 123p

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALVÃO, M.; SOUZA, M. *Colegas.* [Filme-vídeo]. Produção de Marçal Souza, direção de Marcelo Galvão. Brasil, 2013. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**/Paulo Freire. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura) p. 148.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais.** 7. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GROPPA, Júlio. **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas/** coordenação de Júlio Groppa Aquino. São Paulo: Summus, 1998.

RENGIFO-HERRERA, Francisco José; MACIEL, Diva Albuquerque. **Metodologia e construção do conhecimento: contribuições para o estudo da inclusão.** Módulo 1, 2 e 3 · Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. <<http://www.ead.unb.br/moodle2013/mod/assign/view.php?id=56710>> Acesso em: 18 de fev. 2015

KELMAN, Celeste Azulay. Sociedade, educação e cultura. In: Albuquerque, D. A.; BARBATO, S. (Coord.) **Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar**. Brasília: Editora UnB, 2010. p. 11-53.

MACIEL. **Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar**. Celeste Azulay Kelman [et al]; coordenação de Diva Albuquerque e Silviane Barbato. Brasília: Editora UnB, 2010. 280 p.

MACIEL, D. A. **Alfabetização e letramento: Aprender o código ou o sistema de escrita?** Diva Albuquerque Maciel. Módulo 6.1. (Disponível em: <http://www.ead.unb.br/moodle2013/pluginfile>).

PACHECO, J.. **Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar**/ José Pacheco. [et al.]. Porto Alegre: artmede, 2007.

Programa de ação mundial para as pessoas com deficiência . Centro de Documentação e Informação do Portador de Deficiência - CEDIPOD. Disponível em: < <http://www.cedipod.org.br/w6pam.htm>>. Acesso em: 22/02/2015.

SILVA, L. G. da. **Portadores de deficiência, igualdade e inclusão social**. Disponível em: < http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10839&revista_caderno=9>. Acesso em 18/02/2015.

SOUZA, F. A. de H.. DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. <http://www.portalinclusivo.ce.gov.br/phocadownload/artigosdeficiente/direitosdapcdfabioholanda.pdf>. “Direitos da Pessoa com Deficiência” de Fábio Araújo de Holanda Souza Acesso em 18 de fev. 2015.

STÁLIN, J. V. Sobre o materialismo dialético e o materialismo histórico. HTLM. Belo Horizonte, 1993. p. 491.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em 22/02/2015.

<http://www.ibr.gov.br>. Acesso em 22/02/2015.

APÊNDICE – A

Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*
Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão
Escolar

Polo educacional: Dona Carmen/Carinhanha

Orientadora: Fernanda Cupolillo Miana de Faria

Aluna: Eva Cristina Rodrigues de Souza

Escola Analisada: Escola Municipalizada Antônio Pereira

Entrevistados (as) Direção, coordenação pedagógica e professores.

Quanto à escola que você atua:

1. Quais os pontos necessários devem ser levados em conta na avaliação de contextos educacionais inclusivos?
2. Os professores possuem formação para a educação inclusiva?
3. Você acredita na possibilidade de mudanças de ensino visando à prática de metodologias diferenciadas, lúdicas e inovadoras a este público?
4. Em relação à Política de Inclusão e os avanços que trouxe para o Brasil, com evidência em Carinhanha – BA, quais foram estes avanços na escola?
5. Fale sobre a Política de Inclusão social na Escola Municipalizada Antônio Pereira?
6. No âmbito da escola, as estruturas físicas são adaptadas conforme as necessidades de alunos com deficiências, permitindo livre acesso a todos?

7. Em sua opinião a escola está preparada para acolher os alunos com necessidades educacionais especiais?
8. A escola possuem materiais didáticos pedagógicos que atendem às necessidades dos alunos com deficiência?
9. Quais os pontos necessários devem ser levados em conta na avaliação de contextos educacionais inclusivos?
10. Os professores possuem formação para a educação inclusiva?
11. Você acredita na possibilidade de mudanças de ensino visando à prática de metodologias diferenciadas, lúdicas e inovadoras a este público?
12. Em relação à Política de Inclusão e os avanços que trouxe para o Brasil, com evidência em Carinhanha – BA, quais foram estes avanços na escola?
13. Fale sobre a Política de Inclusão social na Escola Municipalizada Antônio Pereira?
14. No âmbito da escola, as estruturas físicas são adaptadas conforme as necessidades de alunos com deficiências, permitindo livre acesso a todos?
15. Em sua opinião a escola está preparada para acolher os alunos com necessidades educacionais especiais?
16. A escola possuem materiais didáticos pedagógicos que atendem às necessidades dos alunos com deficiência?
17. Quais os pontos necessários devem ser levados em conta na avaliação de contextos educacionais inclusivos?
18. Os professores possuem formação para a educação inclusiva?

- 19.** Você acredita na possibilidade de mudanças de ensino visando à prática de metodologias diferenciadas, lúdicas e inovadoras a este público?
- 20.** Em relação à Política de Inclusão e os avanços que trouxe para o Brasil, com evidência em Carinhanha – BA, quais foram estes avanços na escola?
- 21.** Fale sobre a Política de Inclusão social na Escola Municipalizada Antônio Pereira?
- 22.** No âmbito da escola, as estruturas físicas são adaptadas conforme as necessidades de alunos com deficiências, permitindo livre acesso a todos?
- 23.** Em sua opinião a escola está preparada para acolher os alunos com necessidades educacionais especiais?
- 24.** A escola possuem materiais didáticos pedagógicos que atendem às necessidades dos alunos com deficiência?

ENTREVISTADO (A)

ANEXOS

Anexo A – (Carta de Apresentação)



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde
PGPDS

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB

Polo: _____

Para: o(a): Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a) _____

Instituição: _____

Carta de Apresentação

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. S^a o(a) cursista pós-graduando(a)

_____ que está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

Coordenador(a) do Polo ou Professor(a)-Tutor(a) Presencial

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar: **Prof^ª Dr^ª Diva Albuquerque Maciel**

Anexo B – (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido)



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor(a) Professor(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre _____. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de _____.
(explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como _____ *(explicitar instrumentos de coleta de dados)*, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou no endereço eletrônico _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

 Assinatura do Pesquisador

 Assinatura do Professor

Nome do Professor: _____

E-mail(opcional): _____

Anexo C – (Aceite Institucional)



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Aceite Institucional

O (A) Sr./Sra. _____ (*nome completo do responsável pela instituição*),
 da _____ (*nome da instituição*) está de acordo com a realização da pesquisa
 _____,
 de responsabilidade do(a) pesquisador(a) _____,
 aluna do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar no Instituto de
 Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano da Universidade de
 Brasília, realizado sob orientação da Prof. Doutor/Mestre. _____.

O estudo envolve a realização de _____ (*entrevistas,
 observações e filmagens etc*) do atendimento _____ (*local na
 instituição a ser pesquisado*) com _____ (*participantes da pesquisa*). A
 pesquisa terá a duração de _____ (*tempo de duração em dias*), com previsão de início em _____ e
 término em _____.

Eu, _____ (*nome completo do responsável pela
 instituição*), _____ (*cargo do(a) responsável do(a) nome completo da
 instituição onde os dados serão coletados*), declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em
 especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidade como instituição
 coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos
 sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e
 bem-estar.

_____ (local), ____/____/____ (data).

 Nome do (a) responsável pela instituição

 Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição